

Relatório de Sustentabilidade no Brasil: análise de sua utilização nos setores serviços financeiros e energia

Sustainability reporting in Brazil: an Analysis of the its Use in the Financial and Energy Services Sectors

Milena Silva de Melo*

Adriana Cristina Ferreira Caldana**

*Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – FEARP/USP, Ribeirão Preto (SP).
End. eletrônico: milenamelo26@gmail.com.

**Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – FEARP/USP, Ribeirão Preto (SP).
End. eletrônico: caldana@fearp.usp.br

Recebido em 26.08.13
Aceito em 19.01.14

ARTIGO

Resumo

As discussões sobre a temática sustentabilidade intensificaram-se nos últimos tempos. As preocupações com questões ambientais e sociais agregaram-se às econômicas. Houve um aumento das empresas que comunicam as estratégias de sustentabilidade por meio de relatórios de sustentabilidade. O modelo do relatório da Global Reporting Initiative é considerado um dos mais utilizados no contexto internacional. Este estudo objetiva investigar a evolução do grau de aderência plena (GAPIE-GRI) e o grau de evidenciação efetiva (GEE) aos indicadores de desempenho social (práticas laborais e trabalho decente; e Direitos Humanos) das empresas brasileiras dos setores de serviços financeiros, energia e serviço público de energia, que publicaram o relatório de sustentabilidade GRI de 2007 a 2009. Observou-se que as empresas apresentaram resultados medianos nos índices GAPIE-GRI e GEE. O setor de energia apresentou índices mais elevados quando comparados aos do setor de serviços financeiros. Percebe-se uma evolução na comunicação e comprometimento em comunicação efetiva dos indicadores sociais da amostra.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Relatórios de Sustentabilidade; Relatório da GRI – *Global Reporting Initiative*

Abstract

The discussions about the theme sustainability have intensified itself in recent times. The concerns about environmental and social questions aggregate itself alongside economic concerns. There was an increase of the companies that communicate the strategies of sustainability through a sustainability reporting. The model of reporting of the Global Reporting Initiative is considered one of most utilized in the international context. This study aims to investigate an evolution of degree of adherence full (GAPIE-GRI) and the degree of effective disclosure (GEE) to the social performance (labor practices and decent work and human rights) of Brazilian companies in the

sectors of financial services, energy and public service energy, which published the GRI sustainability report between 2007 to 2009. It was observed that the companies had median results in indices GAPIE-GRI and GEE. The energy sector showed higher rates compared to the financial services industry. There was an evolution in communication and commitment to effective communication of social performance.

Keywords: Sustainability; Sustainability reporting; GRI reporting - Global Reporting Initiative.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, observa-se um discurso para sustentabilidade, responsabilidade social, crescimento sustentável, práticas de preservação dos recursos naturais e uma preocupação com a população carente (BARBIERI *et al.*, 2010; CLARO *et al.*, 2008; SCHOROEDER; SCHOROEDER, 2004; PEREIRA; FILHO, 2006). Em maio de 2013, cientistas das instituições *US National Oceanic and Atmospheric Administration* (NOAA) e *Scripps Institution of Oceanography* divulgaram o recorde de 400 ppm de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera (NATIONAL GEOGRAPHIC, 2013; NOAA, 2013). Segundo Vlek e Steg (2007), a sustentabilidade torna-se essencial para a sociedade do século XXI, demandando o comprometimento de todos para a preservação dos recursos ambientais e sociais.

Observa-se uma preocupação das empresas com as consequências das ações no contexto ambiental, social e econômico (ALIGLERI *et al.*, 2009; KHOMBA, 2012). A sustentabilidade passa a fazer parte do negócio da organização, seja por pressões externas, reações, seja por adequação ao contexto mundial. A empresa reavalia o modelo de gestão, ampliando os resultados do negócio para além do aspecto financeiro. As estratégias são implantadas visualizando os impactos ambientais, sociais, uma visão de futuro, competitividade e excelência em gestão (BARBIERI *et al.*, 2010; ASHLEY, 2002).

As organizações não governamentais agentes da temática de responsabilidade social corporativa (RSC) ampliaram-se e padronizaram relatórios norteadores de boas práticas em sustentabilidade. Verifica-se um aumento significativo na publicação de relatórios de responsabilidade social corporativa nos últimos anos (ARRUDA; PEREIRA, 2009; PIRES *et al.*, 2012; JUNQUEIRA *et al.*, 2011; MORISUE *et al.*, 2012; MOTA *et al.*, 2013; FREIRE *et al.*, 2008; SOUZA; RIBEIRO, 2013; DOBERS, 2009). Instituições como o Instituto Ethos e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE, 2012) apoiam a divulgação de relatório com indicadores de práticas socialmente responsáveis. Outro relatório de indicadores de sustentabilidade mundialmente conhecido é o *Global Reporting Initiative* (GRI), representado pela organização não governamental *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (CERES). Essa instituição foi fundada na cidade de Boston (E.U.A.), em 1997 (GRI, 2012a). A comunicação do desempenho ambiental, social e econômico intensifica-se no contexto mundial, destacando-se o relatório GRI como um dos modelos mais utilizados (MOTA *et al.*, 2013; ROCA; SEARCY, 2012).

Nesse contexto, o presente trabalho objetivou investigar a evolução do grau de



aderência plena e o grau de evidenciação efetiva aos indicadores de desempenho social (práticas laborais e trabalho decente, Direitos Humanos) das empresas brasileiras dos setores de serviços financeiros, energia e serviço público de energia, que publicaram o relatório de sustentabilidade GRI, de 2007 a 2009, tendo como foco a demonstração de quanto do requerido pelos indicadores de desempenho pelas Diretrizes da GRI foi realmente divulgado e quanto do potencial dessas informações foi efetivamente apresentado ao longo desse período.

2 SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

Na compreensão da ideia de responsabilidade social corporativa (RSC), observa-se um processo dialético. Esse conceito transformou-se durante o processo histórico e também ainda se constata modificações recorrentes. Observa-se uma falta de acordo para unificação do conceito, considerando a complexidade e a contextualização (ELKINGTON, 2001; CLARO *et al.*, 2008; FABER *et al.*, 2005; HART, 2006).

O conceito de RSC abrange desde ações de cumprimento da legislação, englobando comportamentos e práticas sociais, filantropia, até comportamentos socialmente conscientes (PINTO; PEREIRA; LARA, 2004). Ashley (2002) compartilha, por meio da visão de Peter Drucker, que a responsabilidade social é fundamental para a sustentabilidade das organizações. As práticas de gestão e melhorias passam a estruturar-se com base em críticas advindas da sociedade, representadas pelas leis, demandas sociais e público interno. Esses atores envolvidos tornam-se importantes e conhecidos da teoria de *stakeholders* de Freeman (FREEMAN *et al.*, 2004; RAMAKRISHNAN; PERUMAL, 2008). Esta engloba o propósito da empresa por intermédio do compartilhamento com o as partes interessadas, assim como as responsabilidades da gestão com estas.

As empresas podem estruturar as próprias práticas de gestão ambiental, conforme as necessidades das partes interessadas e os objetivos de gestão. Nesse sentido, observam-se três estágios diferentes de ações em gestão ambiental realizado em pesquisas sobre a temática por Silva *et al.* (2009), Abreu (2009), Jabbour (2010b) e Jabbour *et al.* (2012). Esses estágios, reativo, preventivo e proativo, estão descritos na Figura 1 (principais características dos estágios de uma gestão verde).

Figura 1: Principais características dos estágios de uma gestão verde

Table 1

Main characteristics of the evolutionary phases of green management.

Stage	Name	Characteristics
Stage 1	Reactive	<ul style="list-style-type: none">• This is the least developed stage of green management.• Organizations in this stage tend only to meet legislation and the advancing environmental regulations.• The green management system focuses on avoiding environmental problems, green management tends to have little authority in the organizational structure.• Company does not get involved in external activities on the environmental theme.
Stage 2	Preventive	<ul style="list-style-type: none">• In this stage, the organization seeks to optimize the use of natural resources through eco-efficiency and the application of principles like the 3 Rs (reduce, reuse, recycle).• The environmental issue begins to be discussed by the organization's areas.• The green management area becomes more prominent in the organization's structure.• Some external green management actions are initiated.
Stage 3	Proactive	<ul style="list-style-type: none">• This is the final stage of green management.• The environmental issue is a fundamental element in business strategy and to create competitive advantages.• At this stage, green management is active and its actions are integrated to the other areas of the organization.• The company begins to implement methodologies to reduce internal environmental and production chain impacts, like Life Cycle Assessment and supplier selection based on environmental criteria.

Fonte: Teixeira *et al.*, 2012, p. 319.

O desempenho corporativo passa a ser avaliado pelos impactos do processo de produção, envolvendo todos os atores relacionados (colaboradores, fornecedores, comunidade, Governo, instituições e meio ambiente). O estudioso John Elkington publica o modelo *Tripple Bottom Line Sustainability*, no seu livro *Canibais com garfo e faca* (ELKINGTON, 2001). Nesse modelo, o autor aborda três esferas para uma organização sustentável, que compreende ambiente, social e econômica. Ou seja, os 3Ps: *planet, people e profit*. Este amplia a visão de demonstrar o valor à sociedade por meio do resultado financeiro – *bottom line*. Logo, uma empresa sustentável desenvolve o modelo do tripé da sustentabilidade, pois uma esfera depende da outra, demonstrando um constante fluxo de inter-relação.

Nos últimos anos, a gestão ambiental ou responsabilidade social corporativa tem sido nomeada de gestão verde. Estudiosos definiram a gestão verde como:

Green management is the organization-wide process of applying innovation to achieve sustainability, waste reduction, social responsibility, and a competitive advantage via continuous learning and development and by embracing environmental goals and strategies that are fully integrated with the goals and strategies of the organization. (HADEN *et al.*, 2009, p. 1052).

Nesse cenário de evolução das noções de sustentabilidade, o conceito frequentemente utilizado é o descrito pela Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Mundial (SOUZA; RIBEIRO, 2013; VASCONCELOS *et al.*, 2012). O desenvolvimento sustentável “é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46).

No contexto brasileiro, o Instituto Ethos apresenta grande representatividade e divulgação da RSC. No relatório Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial (2007), compartilha-se a definição de desenvolvimento sustentável do relatório de Brundtland (CMMAD, 1991). Há também a definição de sustentabilidade empresarial:

Ter sustentabilidade significa assegurar o sucesso do negócio a longo prazo e ao mesmo tempo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da comunidade, um meio ambiente saudável e uma sociedade estável. (...) A sustentabilidade tem três amplos componentes, geralmente descritos como ‘as pessoas, os lucros e o planeta’, ou seja, os aspectos ‘sociais, econômicos e ambientais’. A necessidade de as empresas darem conta dessas três dimensões tem sido resumida no conceito da *triple bottom line*. Além desses três componentes, há ainda outro elemento no processo para a sustentabilidade que diz respeito a responsabilidade (*accountability*), transparência e envolvimento com os *stakeholders*. A sustentabilidade é às vezes chamada de ‘responsabilidade social corporativa’ ou de ‘cidadania corporativa’. Embora usemos aqui a palavra ‘sustentabilidade’, reconhecemos que em muitos pontos os termos são sinônimos. E cobrem os mesmo amplos aspectos dos negócios: a gestão, o modo de tratar os empregados, o impacto sobre o meio ambiente e sobre a comunidade local e as relações com os fornecedores e clientes (INDICADORES ETHOS, 2007, p. 78).

A temática RSC vem sendo discutida pela academia, sociedade e empresas,

principalmente a partir do século XX. O conceito encontra-se apoiado; tem evoluído conforme as necessidades e construções do contexto social. A responsabilidade social ampliou-se: passou de uma visão individualista para uma visão do sistema, com participação dos agentes sociais e com abordagem ambiental, social e econômica, em um processo dialético.

3 RELATÓRIOS DE RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Nas últimas décadas, a temática sustentabilidade ganhou relevância no contexto corporativo. Observa-se um aumento do número de empresas que comunicam o desempenho em RSC por meio de relatórios e da quantidade de estudos sobre a temática sustentabilidade, no contexto acadêmico (ARRUDA; PEREIRA, 2009; PIRES *et al.*, 2012; JUNQUEIRA *et al.*, 2011; MORISUE *et al.*, 2012; MOTA *et al.*, 2013; FREIRE *et al.*, 2008; SOUZA; RIBEIRO, 2013; DOBERS, 2009).

Os relatórios de RSC ampliaram-se e difundiram-se nos últimos anos. Daub (2007) expõe que 35% das 250 maiores empresas da Fortune Global 500 publicaram ou já estavam publicando relatórios de responsabilidade ambiental em 1998. O relatório passa a ser visto como uma ferramenta de comunicação de maior transparência e possibilidade de interação com as partes interessadas (GOLOB; BARTLETT, 2007). Essa transparência permite às empresas a criação de um valor adicional (GURVITSH; SIDORAVA, 2012) e de legitimidade pelas partes interessadas (GOLOB; BARTLETT, 2007; LEVY *et al.*; 2010).

A maioria dos relatórios de sustentabilidade ampliou-se da comunicação financeira, englobando o conceito do *Triple Bottom Line*, de Elkington, e uma descrição quantitativa e qualitativa das informações (DAUB, 2007). Os relatórios podem ser reconhecidos com propósitos de avaliar as dimensões da organização (ambiental, social e financeira), como divulgar as atividades e práticas sustentáveis (LOZANO; HUISINGH, 2011).

O relatório de sustentabilidade *Global Reporting Initiative* (GRI) é considerado um dos modelos mais utilizados e de credibilidade internacional (MOTA *et al.*, 2013; ROCA; SEARCY, 2012; MOSENE *et al.*; 2013; MARIMON *et al.*, 2012). A comunicação por meio do modelo da GRI permite à empresa revelar quais são as práticas, objetivos e tendências em responsabilidade social corporativa (JOSEPH, 2012). Segundo Costa e Menichini (2013), o relatório da GRI é utilizado por 75% das empresas da *Fortune Global 250*. A missão da GRI é “tornar práticos normas de relatórios de sustentabilidade, fornecendo orientação e apoio as organizações” (2012b). Já a visão é possibilitar “uma economia global sustentável onde organizações gerenciem os próprios desempenhos econômico, ambiental, social e governança e responsabilidade nos impactos e transparência na comunicação dos relatórios” (GRI, 2012b).

O GRI divulga as Diretrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade, objetivando a garantia de qualidade e a padronização de conteúdo. As Diretrizes são compostas por três partes, que descrevem como relatar (Princípios e

Orientações) e o que relatar (Conteúdo do Relatório). A organização comunica as ações sustentáveis por meio dos indicadores de desempenho do Relatório da GRI. Os indicadores de desempenho são divididos em essenciais e adicionais. Os primeiros representam indicadores observados na maioria das organizações; atendem ao interesse da maioria dos *stakeholders*. Já os indicadores adicionais representam temas abordados por algumas práticas de específicos ramos de mercado. Há também os indicadores setoriais, que são considerados essenciais para um específico ramo de mercado ou para demonstrar práticas emergentes, importantes para algum ramo de mercado (GRI, 2012b).

Os indicadores do Relatório da GRI estão divididos nos eixos do *triple bottom line*: desempenho econômico, desempenho ambiental e desempenho social (GRI, 2006). No desempenho econômico, encontram-se oito indicadores essenciais e um indicador adicional. Estes abrangem os aspectos “desempenho econômico”, “presença no mercado” e “impactos econômicos indiretos”. Já no desempenho econômico, observam-se 17 indicadores essenciais e 13 indicadores adicionais. Estes abrangem aspectos materiais, energia, água, biodiversidade, emissões, efluentes e resíduos, produtos e serviços, conformidade, transporte e geral. Por último, o desempenho social é dividido em práticas trabalhistas e trabalho decente, com nove indicadores essenciais e cinco indicadores adicionais; em Direitos Humanos, com seis indicadores essenciais e dois indicadores adicionais; em sociedade, com seis indicadores essenciais e um indicador adicional; e em responsabilidade pelo produto, com quatro indicadores essenciais e cinco indicadores adicionais. O relatório estruturou-se com o objetivo de atender tanto organizações iniciantes quanto as avançadas na temática de RSC. Portanto, a estrutura do relatório encontra-se em Níveis de Aplicação, nomeados níveis C, B e A (GRI, 2006). Estes demonstram a evolução da organização em práticas de RSC. Outro ponto do relatório é a autodeclaração ou avaliação das práticas de RSC por meio de auditorias externas. Com isso, a empresa, com auditoria externa, declara com um sinal de mais (+) após a letra representativa do Nível de Aplicação. Exemplo: C+.

Após a descrição do relatório da GRI, observa-se um dos modelos de comunicar o desempenho sustentável da organização aos *stakeholders*. Logo, essa comunicação facilitará o acompanhamento e análise do desempenho empresarial por meio dos indicadores de evidenciação. Este presente estudo objetivou a análise dos indicadores de evidenciação relacionados à Gestão de Pessoas ou Recursos Humanos, conforme descrito na metodologia.

4 METODOLOGIA

Nesta seção, apresentam-se os procedimentos metodológicos. Conforme o objetivo geral desta pesquisa: “verificar a evolução do grau de aderência plena e o grau de evidenciação efetiva aos indicadores de desempenho social (práticas laborais e trabalho condigno; e Direitos Humanos) das empresas brasileiras que publicaram o relatório de sustentabilidade GRI de 2007 a 2012, tendo como foco demonstrar o quanto do que foi requerido pelos indicadores de desempenho pelas Diretrizes da

GRI foi realmente divulgado e quanto do potencial dessas informações foi efetivamente apresentado ao longo desse período”. A pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa quantitativa, descritiva, bibliográfica e documental (GIL, 2002)

Após o levantamento bibliográfico, definição do problema de pesquisa, realizou-se o levantamento dos relatórios de sustentabilidade da GRI por meio do *website* oficial da instituição *Global Reporting Initiative*. A amostra do presente estudo é constituída pelos relatórios da GRI de empresas brasileiras, adotando os seguintes critérios:

- a. comunicação do relatório no *website* da instituição GRI (<http://database.globalreporting.org/search>) e/ou *website* da instituição e disponível em meio eletrônico acessível via internet;
- b. pertencimento ao setor de energia, serviço público de energia e serviços financeiros;
- c. preenchimento correto do sumário da GRI, o qual representa a fonte de informações para a base de dados da pesquisa;
- d. comunicação do relatório à instituição GRI, versão GRI-G3, no período de 2007 a 2009 (a empresa pode haver publicado em um ano ou em todos os anos do período da presente pesquisa).

Após esses critérios, a amostra, cuja descrição está sumarizada na Tabela 1, foi composta por 90 relatórios da GRI nesse período.

Tabela 1: Demonstração do tamanho da amostra da pesquisa

Ano	2007	2008	2009
Número de relatório	29	29	32

Fonte: Elaborado pelas autoras

O método de análise e tratamento dos dados desta pesquisa utilizou-se como fundamentação os anteriores realizados por Dias (2006), Dias *et al.* (2006), Nascimento *et al.* (2011), Carvalho e Siqueira (2007), Carvalho (2007), Nogueira e Faria (2012) e Morisue *et al.* (2012). O método consiste em analisar o grau de aderência plena aos indicadores essenciais da GRI (GAPIE-GRI) e o cálculo do grau de evidenciação efetiva (GEE). Esse método visa comparar a informação solicitada pelo indicador GRI e a informação efetivamente comunicada pela empresa. Nessa análise, levam-se em conta apenas os indicadores essenciais, haja vista que estes são aplicados na maioria das empresas. Além disso, são considerados importantes pela própria instituição GRI. Os indicadores são os de trabalho decente e Direitos

Humanos, do pilar dos indicadores sociais do relatório da GRI. O tratamento dos dados para o cálculo seguiu a classificação utilizada nas pesquisas anteriores (ver Quadro 2: Critério para tratamento dos dados). Assim, todos os dados foram tratados conforme a sigla correspondente à informação evidenciada no relatório.

Quadro 2: Critério para tratamento dos dados

CATEGORIA	SIGLA	CLASSIFICAÇÃO	DEFINIÇÃO
Apresentados	APL	Aderência plena	Quando todos os dados requeridos no protocolo do indicador essencial da G3 foram devidamente fornecidos pela organização.
	AP	Aderência parcial	Quando apenas parte dos dados requeridos no protocolo essencial da G3 foram apresentados pela organização.
	D	Dúbio	Quando as informações fornecidas não são suficientes para o usuário avaliar se a aderência é plena ou parcial.
	I	Inconsistente	Quando as informações fornecidas pela organização diferem daquelas requeridas no protocolo do indicador essencial da G3.
Não-apresentados	ND	Não disponível	Quando a organização reconhece que a informação requerida é pertinente às suas atividades, porém esta ainda não tem condições de fornecê-la.
	NA	Não aplicável	Quando a organização reconhece que os dados requeridos pelo indicador não são pertinentes às suas atividades ou ao setor em que ela atua.
	OJ	Omitido com justificativa	Quando a organização omite a informação requerida pelo protocolo do indicador essencial da G3, por sua decisão, porém apresenta uma justificativa para tal omissão.
	O	Omitido	Quando nada é comentado sobre o indicador, como se este não existisse.

Fonte: Dias (2006), Carvalho (2007), Nascimento *et al.* (2011)

Após o tratamento dos indicadores, torna-se possível realizar o cálculo do grau de aderência plena aos indicadores essenciais da GRI (GAPIE-GRI) e cálculo do grau de evidenciação efetiva (GEE).

O cálculo do GAPIE-GRI possibilita a visualização do percentual de aderência da empresa à solicitação da GRI, sendo representado entre 0% e 100%. Conforme Carvalho (2007), o GAPIE-GRI objetiva aferir e relatar o comprometimento das

empresas na comunicação das informações de qualidade por meio dos indicadores de evidência. A fórmula para o cálculo foi descrita por Dias (2006, p. 95), detalhada no Quadro 3 (Fórmula para cálculo do GAPIE-GRI). Neste estudo, a autora define o índice de 75% (ou superior) para empresas que apresentam alta aderência.

Quadro 3: Fórmula para cálculo do GAPIE-GRI

GAPIE-GRI =	$\frac{\text{Total dos indicadores com APL} + \text{Total de indicadores OJ}}{\text{Total dos indicadores essenciais} - \text{Total dos indicadores NA}}$
GAPIE-GRI	Grau de aderência plena aos indicadores essenciais da GRI
APL	Aderência plena
OJ	Omitidos com justificativa
NA	Não aplicáveis

Fonte: elaborado pelas autoras

Quadro 4: Fórmula para cálculo do GEE

GEE=	$\frac{\text{Total dos indicadores com APL}}{\text{Total dos indicadores essenciais} - \text{Total dos indicadores NA}}$
GEE	Grau de evidência efetiva
APL	Aderência plena
NA	Não aplicáveis

Fonte: elaborado pelas autoras

Após a análise, realiza-se uma comparação entre as empresas e os setores de atuação, classificando as organizações em ordem crescente do índice GEE. Conforme estudos de Dias (2006) e Carvalho (2007), a empresa, com índice igual ou superior a 75%, é considerada com alto GEE.

Neste estudo, encontram-se algumas limitações referentes à consistência e a disponibilidade das informações via *websites*. Optou-se por analisar apenas os relatórios disponíveis e divulgados via o *website* da instituição GRI, haja vista a fidedignidade da informação e a transparência do procedimento metodológico.

Outro ponto a destacar é a disponibilidade do relatório via *website* da GRI, pois algumas empresas comunicaram a realização do relatório no ano específico, mas não disponibilizaram o relatório via PDF ou HTML no próprio *website* da GRI. Logo, a amostra reduziu-se do número divulgado oficialmente em relação à quantidade de empresas que publicam o relatório da GRI.

5 RESULTADOS

Após a análise e tratamento das informações que contribuem para o esclarecimento proposto no objetivo do presente estudo, descreve-se o perfil da amostra (Quadro 5: Perfil da amostra). Essa amostra é composta de 46 empresas, sendo sete de

serviços financeiros e 39 relacionados ao segmento de energia; dentre as empresas, apenas duas são de pequeno e médio porte.

Em relação ao nível de aplicação de 2007, não houve empresas com nível C+. O nível de aplicação B foi o de maior representatividade (11 empresas), seguido pelo C (oito empresas). A amostra desse ano, ou seja, o número de empresas que publicaram o relatório e declararam o nível de aplicação, constitui 29, dentre as 46 empresas analisadas no período.

Quadro 5: Perfil da amostra

Nome da empresa	Tamanho	Setor atuação	Nível de aplicação – 2007	Nível de aplicação – 2008	Nível de aplicação – 2009
ABN AMRO Banco Real Brazil	Grande	Serviços Financeiros	A+	Não consta	Não consta
Banco Bradesco	Grande	Serviços Financeiros	A+	A+	A+
Banco do Brasil	Grande	Serviços Financeiros	B	A+	A+
Banco Itau Holding Financeira	Grande	Serviços Financeiros	A+	A+	A+
Serasa S/A	Grande	Serviços Financeiros	B+	Não consta	Não consta
Caixa Econômica Federal (CEF) -Caixa Econômica do Brasil	Grande	Serviços Financeiros	C	Não consta	Não declarado
HSBC Bank Brasil	Grande	Serviços Financeiros	B	Não consta	A+
AES Eletropaulo	Grande	Energia	C	Não consta	Não consta
Ampla	Grande	Energia	A	A	A
Cemig	Grande	Serviço público de energia	B	B	B
Coelce	Grande	Serviço público de energia	A	A	A
Copagaz	Grande	Serviço público de energia	B	A	A+
Copel	Grande	Serviço público de energia	A+	A+	A
A EDP Energias do Brasil AS	Grande	Serviço público de energia	A+	A+	A+
Elektro	Grande	Energia	B	B	B
Grupo CPLF Energia	Grande	Energia	A	Não consta	A
Itaipu Binacional	Grande	Energia	B	A+	A+
Petrobras	Grande	Energia	A+	A+	A+

Quadro 5: Perfil da amostra (continuação)

Rede de Empresas de Energia Eletrica	Grande	Energia	Não declarado	B	B
Usina São Manoel	Grande	Energia	B	B+	Não consta
Coelba	Grande	Energia	B	A	A
COSERN (Companhinha Energetica do Rio Grande do Norte	Grande	Serviço público de energia	Não consta	C	Não consta
Eletrobras Eletronuclear	Grande	Serviço público de energia	C	B	A
Endesa Brasil	Grande	Serviço público de energia	B	A	A
Endesa Cachoeirinha	Grande	Serviço público de energia	C	C	A
Endesa CIEN	Grande	Serviço público de energia	C	C	A
Endesa Fortaleza	Grande	Serviço público de energia	C	C	A
Furnas -A Eletrobras (Centrais eletricas Brasileiras	Grande	Energia	Não Declarado	Não Declarado	Não Declarado
Gaz Natural Brasil	Grande	Energia	Não consta	A+	A+
Ligtht	Grande	Energia	B	A	A
Santos e Furriela Advogados	SME	Energia	Não declarado	Não consta	Não consta
Tractebel Energia	Grande	Energia	C	A+	A+
Zilor	Grande	Energia	B	B+	A
Abengoa Bioenergia	Grande	Energia	Não consta	A+	A+
AES SUL	Grande	Serviço público de energia	C	Não consta	Não consta
Cemat	Grande	Energia	Não consta	Não declarado	Não declarado
Cegetee	Grande	Energia	Não consta	C	C
CTEEP	Grande	Energia	Não consta	C	C
Eletronorte	Grande	Energia	Não declarado	C	B

Quadro 5: Perfil da amostra (continuação)

Baesa	Grande	Energia	Não consta	Não consta	Não declarado
Celp	Grande	Energia	Não consta	Não consta	Não declarado
CESP	Grande	Serviço público de energia	Não consta	Não consta	C
CHESF	Grande	Serviço público de energia	Não consta	Não consta	C
Enersul	Grande	Energia	Não consta	Não consta	Não declarado
NORD Eletric AS	SME	Energia	Não consta	Não consta	C
Refap	Grande	Energia	Não consta	Não consta	Não declarado

Fonte: elaborado pelas autoras

Em relação aos dados de 2008, o nível de aplicação de maior representatividade foi o A+ (dez empresas), seguido pelo C (sete empresas), sendo que a amostra real foi constituída de 29 empresas. Nesse ano, das 46 empresas pesquisadas, 15 não divulgaram o relatório e duas não declararam o nível de aplicação.

Em 2009, a amostra real foi constituída de 32 empresas. Nesse grupo, o nível de aplicação de maior representatividade foi A (12 empresas), seguido de A+ (11 empresas). Nesse ano, 14 empresas da pesquisa não declararam o nível de aplicação, mas divulgaram o relatório.

Observa-se que nesta amostra de 46 empresas dos segmentos da pesquisa, houve uma evolução do número de relatórios publicados, ampliando-se de 29 em 2007 para 32 em 2009. Além disso, nota-se uma evolução com relação aos indicadores de evidência comunicados às partes interessadas destes segmentos. A amostra passou a utilizar-se do modelo do relatório da GRI composto por mais indicadores de evidência, uma vez que houve maior quantidade de publicação do nível A e A+. Haja vista que conforme as Diretrizes da GRI, o nível de aplicação A e A+ engloba a maior representatividade de indicadores do modelo. Este comportamento condiz com pesquisas anteriores, nas quais demonstram o aumento na quantidade e interesse das empresas em comunicarem relatórios de sustentabilidade ((ARRUDA; PEREIRA, 2009; PIRES et al., 2012; JUNQUEIRA, et al., 2011; MORISUE et al., 2012; MOTA et al., 2013; FREIRE et al., 2008; SOUZA; RIBEIRO, 2013; DOBERS, 2009).

O cálculo do grau de aderência aos indicadores essenciais da GRI (GAPIE-GRI) permite a visualização de aderência da empresa à solicitação das diretrizes da GRI. Nesta pesquisa, encontram-se os resultados pertinentes a cada setor e a amostra

total investigada. No setor de serviços financeiros, descobrimos um resultado de 14% da GAPIE-GRI em 2007, em uma amostra de sete empresas; 0% em 2008, numa amostra de três empresas; e 67% em 2009, numa amostra de quatro empresas. Conforme estudos realizados por Dias (2006) e Carvalho (2007), o índice igual ou superior a 75% é considerado um alto índice no indicador (GAPIE-GRI). Logo, observa-se um índice mediano apenas em 2009, o que pode significar um comprometimento intermediário das organizações em comunicarem as informações com qualidade mediante os indicadores de evidenciação da GRI.

Na amostra referente ao seguimento de energia, consta-se que o resultado do índice GAPIE-GRI foi de 34% em 2007, com uma amostra real de 22 empresas; 48% em 2008, com uma amostra de 26 empresas; e 73% em 2009, com uma amostra de 28 empresas. Nesse seguimento, observa-se uma evolução do percentual do índice GAPIE-GRI, destacando a breve aproximação ao patamar de 75% (considerado um alto índice no indicador).

Na avaliação da média da amostra total do presente estudo, verificou-se um percentual de 29% do índice GAPIE-GRI em 2007; de 43%, do índice em 2008; e 73%, do índice em 2009. Esse resultado demonstra uma evolução no comprometimento dessas organizações em comunicarem as informações com qualidade, por meio dos indicadores de evidenciação da GRI.

O índice grau de evidenciação efetiva (GEE) possibilita demonstrar a percepção em relação ao nível de informações comunicado pela empresa, comparando-a com o total de informações disponíveis pelas diretrizes da GRI. Na amostra referente ao setor de serviços financeiros, nota-se o resultado de 14% do índice GEE em 2007; 0% em 2008; e 67% em 2009. Observam-se resultados medianos em relação ao índice GEE, demonstrando uma comunicação mediana de informações disponibilizadas pelas empresas da amostra, após a comparação com o total de informações disponíveis pelas diretrizes da GRI.

O setor de energia apresenta um comportamento de evolução em comunicar o maior número possível de indicadores disponíveis pelas diretrizes da GRI, com base no índice GEE. Em 2007, este apresentou o resultado de 34%; em 2008, o resultado foi de 48%. Por fim, em 2009, o resultado foi de 73% no percentual do GEE.

Ao analisar a amostra deste estudo, composta por 90 relatórios, de 2007 a 2009, encontram-se os seguintes resultados referentes ao índice GEE. Em 2007, o índice foi de 29%; em 2008, de 43%; e, por fim, em 2009, de 73%. Esse resultado pode demonstrar uma preocupação das empresas da amostra em melhorar a comunicação das informações da empresa em relação aos indicadores de sustentabilidade em relatórios, utilizando o modelo da GRI. Essa melhoria da comunicação pode representar uma mudança de estágio de sustentabilidade, de reativo para preventivo ou proativo, conforme os estágios de uma gestão verde, conforme Teixeira *et al.* (2012). A comunicação das práticas de sustentabilidade também permite maior transparência e interação com os *stakeholders* e possibilitar a criação de valor



adicional e legitimidade da organização (GOLOB; BARTLETT, 2007; GURVITSH; SIDORAVA, 2012; GOLOB; BARTLETT, 2007; LEVY *et al.*; 2010).

Os índices demonstram o perfil de melhoria e aderência na comunicação dos indicadores do relatório da GRI no setor de energia quando comparados, nesse mesmo período pesquisado, aos do setor de serviços financeiros.

Quadro 6: Resultados da análise GAPIE-GRI

Nome da empresa	2007		2008		2009	
	Nível de aplicação	GAPIE-GRI	Nível de aplicação	GAPIE-GRI	Nível de aplicação	GAPIE-GRI
ABN AMRO Banco Real Brasil	A+	0%	Não consta	0%	Não consta	0%
Banco Bradesco	B	0%	A+	0%	A+	100%
Banco do Brasil	A+	0%	A+	0%	A+	0%
Banco Itau Holding Financeira	B+	0%	A+	0%	A+	0%
Serasa S/A	C	100%	Não consta	0%		0%
Caixa Econômica Federal (CEF) - Caixa Econômica do Brasil	B	0%	Não consta	0%	Não declarado	67%
HSBC Bank Brasil	A+	0%	Não consta	0%	A+	100%
AES Eletropaulo	A	79%	Não consta	0%	Não consta	0%
Ampla	B	100%	A	100%	A	100%
Cemig	A	47%	B	60%	B	67%
Coelce	B	100%	A	100%	A	93%
Copagaz	A+	0%	A	100%	A+	93%
Copel	A+	100%	A+	93%	A	100%
A EDP Energias do Brasil AS	B	80%	A+	100%	A+	100%
Elektro	A	0%	B	0%	B	100%
Grupo CPLF Energia	B	0%	Não consta	0%	A	100%
Itaipu Binacional	A+	0%	A+	0%	A+	0%
Petrobras	Não declarado	0%	A+	0%	A+	0%
Rede de Empresas de Energia Elétrica	Não consta	0%	B	0%	B	80%

Quadro 6: Resultados da Análise GAPIE-GRI (continuação)

Usina São Manoel	B	0%	B+	100%		0%
Coelba	B	0%	A	100%	A	87%
COSERN (Companhinha Energética do Rio Grande do Norte)	Não consta	0%	C	0%	Não consta	0%
Eletrobras Eletronuclear	C	80%	B	93%	A	100%
Endesa Brasil	B	0%	A	0%	A	0%
Endesa Cachoeirinha	C	0%	C	73%	A	87%
Endesa CIEN	C	0%	C	80%	A	93%
Endesa Fortaleza	C	0%	C	0%	A	93%
Furnas -A Eletrobras (Centrais elétricas Brasileiras)	Não Declarado	60%	Não consta	0%	Não consta	67%
Gaz Natural Brasil	Não consta	0%	A+	0%	A+	100%
Ligtht	B	0%	A	100%	A	100%
Santos e Furriela Advogados	Não declarado	100%	Não consta	0%	Não consta	0%
Tractebel Energia	C	0%	A+	0%	A+	80%
Zilor	B	0%	B+	0%	A	0%
Abengoa Bioenergia	Não consta	0%	A+	0%	A+	0%
AES SUL	C	0%	Não consta	0%	Não consta	0%
Cemat	Não consta	0%	Não declarado	0%	Não declarado	0%
Cegetee	Não consta	0%	C	60%	C	100%
CTEEP	Não consta	0%	C	53%	C	100%
Eletronorte	Não declarado	0%	C	47%	B	0%

Quadro 6: Resultados da Análise GAPIE-GRI (continuação)

Zilor	B	0%	B+	0%	A	0%
Abengoa Bioenergia	Não consta	0%	A+	0%	A+	0%
AES SUL	C	0%	Não consta	0%	Não consta	0%
Cemat	Não consta	0%	Não declarado	0%	Não declarado	0%
Cegetec	Não consta	0%	C	60%	C	100%
CTEEP	Não consta	0%	C	53%	C	100%
Eletronorte	Não declarado	0%	C	47%	B	0%
Baesa	Não consta	0%	Nada consta	0%	Não declarado	0%
Celp	Não consta	0%	Nada consta	0%	Não declarado	0%
CESP	Não consta	0%	Nada consta	0%	C	67%
CHESF	Não consta	0%	Nada consta	0%	C	87%
Enersul	Não consta	0%	Nada consta	0%	Não declarado	0%
NORD Eletric AS	Não consta	0%	Nada consta	0%	C	60%
Refap	Não consta	0%	Nada consta	0%	Não declarado	0%

Fonte: Elaborado pelas autoras

Quadro 7: Resultados da Análise GEE

Nome da empresa	2007		2008		2009	
	Nível de aplicação	GEE	Nível de aplicação	GEE	Nível de aplicação	GEE
ABN AMRO Banco Real Brazil	A+	0%	Não consta	0%	Não consta	0%
Banco Bradesco	B	0%	A+	0%	A+	100%
Banco do Brasil	A+	0%	A+	0%	A+	0%
Banco Itau Holding Financeira	B+	0%	A+	0%	A+	0%
Serasa S/A	C	100%	Não consta	0%		0%
Caixa Econômica Federal (CEF) - Caixa Econômica do Brasil	B	0%	Não consta	0%	Não declarado	67%
HSBC Bank Brasil	A+	0%	Não consta	0%	A+	100%
AES Eletropaulo	A	79%	Não consta	0%	Não consta	0%
Ampla	B	100%	A	100%	A	100%
Cemig	A	47%	B	60%	B	67%
Coelce	B	100%	A	100%	A	93%
Copagaz	A+	0%	A	100%	A+	93%
Copel	A+	100%	A+	93%	A	100%
A EDP Energias do Brasil AS	B	80%	A+	100%	A+	100%
Elektro	A	0%	B	0%	B	100%
Grupo CPLF Energia	B	0%	Não consta	0%	A	100%
Itaipu Binacional	A+	0%	A+	0%	A+	0%
Petrobras	Não declarado	0%	A+	0%	A+	0%
Rede de Empresas de Energia Elétrica	Não consta	0%	B	0%	B	80%

Quadro 7: Resultados da Análise GEE (continuação)

Usina São Manoel	B	0%	B+	100%		0%
Coelba	B	0%	A	100%	A	87%
COSERN (Companhinha Energética do Rio Grande do Norte)	Não consta	0%	C	0%	Não consta	0%
Eletrobras Eletronuclear	C	80%	B	93%	A	100%
Endesa Brasil	B	0%	A	0%	A	0%
Endesa Cachoeirinha	C	0%	C	73%	A	87%
Endesa CIEN	C	0%	C	80%	A	93%
Endesa Fortaleza	C	0%	C	0%	A	93%
Furnas -A Eletrobras (Centrais elétricas Brasileiras)	Não Declarado	60%	Não consta	0%	Não consta	67%
Gaz Natural Brasil	Não consta	0%	A+	0%	A+	100%
Light	B	0%	A	100%	A	100%
Santos e Furriela Advogados	Não declarado	100%	Não consta	0%	Não consta	0%
Tractebel Energia	C	0%	A+	0%	A+	80%
Zilor	B	0%	B+	0%	A	0%
Abengoa Bioenergia	Não consta	0%	A+	0%	A+	0%
AES SUL	C	0%	Não consta	0%	Não consta	0%
Cemat	Não consta	0%	Não declarado	0%	Não declarado	0%
Cegetee	Não consta	0%	C	60%	C	100%
CTEEP	Não consta	0%	C	53%	C	100%
Eletronorte	Não declarado	0%	C	47%	B	0%
Baesa	Não consta	0%	Nada consta	0%	Não declarado	0%
Celp	Não consta	0%	Nada consta	0%	Não declarado	0%

Quadro 7: Resultados da Análise GEE (continuação)

CESP	Não consta	0%	Nada consta	0%	C	67%
CHESF	Não consta	0%	Nada consta	0%	C	87%
Enersul	Não consta	0%	Nada consta	0%	Não declarado	0%
NORD Eletric AS	Não consta	0%	Nada consta	0%	C	60%
Refap	Não consta	0%	Nada consta	0%	Não declarado	0%

Fonte: elaborado pelas autoras (continuação)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo identificar a evolução do grau de aderência plena ao GRI (GAPIE-GRI) e de evidenciação efetiva (GEE) aos indicadores de desempenho social (práticas laborais e trabalho decente; e Direitos Humanos) das empresas brasileiras dos setores de serviços financeiros, energia e serviço público de energia, que publicaram o relatório de sustentabilidade da GRI de 2007 a 2009.

Os resultados demonstraram que a maioria das empresas pesquisadas, destacando as do setor de serviços financeiros, não apresentou um grau de evolução em relação à comunicação das estratégias por meio dos indicadores de evidenciação do relatório da GRI. Nesse setor, há destaque para a empresa Serasa S/A, que apresentou bom resultado nos índices em 2007. Já no setor de energia, salientamos as empresas Ampla, Coelce, Copel, Santos e Furriela, com bom índice em 2007. Em 2008, este setor ressaltou os índices das empresas Ampla, Coelce, Copagaz, A EDP Energias, Usina São Manoel, Coelba e Light. Por fim, em 2009, as empresas de destaque foram Ampla, Copel, A EDP Energia, Elektro, CPFL, Eletrobras, Gas Natural Brasil, Light, Cegetee e CTEEP. Observa-se, assim, um bom resultado dos índices GAPIE-GRI e GEE das empresas Ampla e Coelce no período investigado.

Dessa forma, comprova-se uma evolução da comunicação dos indicadores de sustentabilidade nesses setores, demonstrando uma atenção crescente às estratégias na gestão da sustentabilidade dentro da organização e a preocupação com as partes interessadas. Outro ponto a destacar é a compreensão das empresas acerca da relevância de estruturarem relatórios de sustentabilidade com base nas diretrizes da GRI, porém estas não conseguem atender adequadamente as exigências dessa comunicação, fato observado com os resultados dos índices. Assim, pode-se

perceber que mesmo com os esforços das empresas, em comunicarem adequadamente um relatório, e da instituição GRI, em desenvolver diretrizes norteadoras para a elaboração do relatório, há uma necessidade de alinhamento e melhoria, objetivando tornar mais eficiente a comunicação entre as partes interessadas.

7 REFERÊNCIAS

ABREU, M.C.S., 2009. How to define an environmental policy to improve corporatesustainability in developing countries. *Business Strategy and the Environment*18 (8), 542e556

ALIGLERI, L.; ALIGLERI, L. A.; KRUGLIANSKAS, I.. *Gestão socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade do negócio*. São Paulo, Atlas, 2009, 245 p.

ARRUDA, G. S.; PEREIRA, B. A. D.. Estado da arte dos estudos sobre responsabilidade social empresarial (RSE) no Brasil. In: IV Encontro de Estudos em Estratégia da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração – ANPAD, Recife, junho, 2009.

ASHLEY, P. A. A Responsabilidade Social nos Negócios: Um Conceito em Construção. IN: _____ . **Ética e Responsabilidade Social dos Negócios**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 340p.

CARVALHO, F. M.. Análise da utilização dos indicadores essenciais da Global Reporting Initiative nos relatórios sociais em empresas latino-americanas. Dissertação de Mestrado do programa Pós-graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

CARVALHO, F. M.; SIQUEIRA, J. R. M.. Análise da utilização dos indicadores essenciais da Global Reporting Initiative nos relatórios sociais e empresas latinos-americanas. *Revista Pensar Contábil*. v. 9, n. 28, 2007.

CLARO, P. B. O.; CLARO, D. P.; AMÂNCIO, R.. Entendendo o conceito de sustentabilidade. *Revista da Administração da Universidade de São Paulo*. São Paulo, v. 43, n. 4, p. 289-300, 2008

CMMAD, Comissão Mundial Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Relatório Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getulio Vargas,1991. 430 p. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>>. Acesso em: 26-jul-2012.

COSTA, R.; MENICHINI, T.. A multidimensional approach for CSR assessment: the importance of stakeholder perception. *Expert Systems with Applications – Na International Journal*. <http://dx.doi.org/10.1016/j.eswa.2012.07.028>. 2013.

BARBIERI, J. C.; VASCONCELOS, I. F. G.; ANDREASSI, T.; VASCONCELOS, F. C..
Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. *Revista de
Administração de Empresas*, v. 50, n. 2, abr-jun, 2010.

